



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 43ª
(QUADRAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 20 DE MAIO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência ratifica a aprovação em bloco, na sessão extraordinária de 12 de maio de 2015, das Moções nºs 86, 87, 88 e 92, de 2015, e dos Requerimentos nºs 548, 556, 566 e 573, de 2015, por votação nominal, com 16 votos favoráveis e 8 ausências.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu pertencço ao setor de trabalho terceirizado, que eu sempre chamei de locação de mão de obra, há mais de trinta anos. E eu sempre disse que esse é o setor em que os trabalhadores são mais prejudicados, mais penalizados, mais sofridos. Sempre levantei essa questão. Aqui no Distrito Federal, dezenas de empresas já sumiram do mercado sem pagar os trabalhadores. Nós aprovamos aqui uma lei para que esses trabalhadores pudessem receber os seus direitos. Eu tenho em mãos agora um documento sobre uma situação muito grave, que eu vou ler para os senhores. “Santa Helena. Brasília, 15 de maio de 2015. Assunto: Encerramento das atividades. A Santa Helena Segurança Total S/A, sociedade empresária inscrita no CNPJ” número tal “informa o que se segue: como fora noticiado anteriormente a esse órgão, a Santa Helena vem enfrentando dificuldades financeiras desde meados de 2014”. Na sequência, ele traz uma série de justificativas para terminar dizendo que avisa ao Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal oficialmente que no dia 15 de maio encerrou as atividades empresariais no Distrito Federal. O presidente comunica para o sindicato que está com as atividades empresariais encerradas. São 328 vigilantes, pais e mães de família, que prestavam serviços. No DFTrans havia 50; na Embratur, 16; no Instituto Federal de Educação, 101; no ICMBio, 8; no Ipea, 9; na Justiça Federal, 62; no Ministério do Desenvolvimento Agrário, 13; na Secretaria de Assuntos Estratégicos, 11; no Sebrae, 58. Total: 328.

Portanto, desde o dia 15, esses trabalhadores estão na rua da amargura. Não receberam absolutamente nada porque a empresa encerrou as atividades empresarias e não pagou ninguém – essa Santa Helena. E olha que nós estamos na Capital da República. Nós estamos falando de uma empresa que prestava serviços, inclusive, à Justiça Federal. Prestava serviços à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Agora, há 328 trabalhadores sem ter de quem receber. E ainda tem gente defendendo o projeto de legalização da terceirização. A terceirização é isso. Conversei com a diretoria do Sindicato dos Vigilantes e com os vigilantes dessa empresa. Eles estão aterrorizados, estão efetivamente na rua da amargura. O que vai acontecer agora? O sindicato está de órgão em órgão verificando o que há de fatura, que será bloqueada. Certamente, não vai dar para pagar os trabalhadores. Depois, vai ter que entrar na Justiça cobrando dos órgãos tomadores do serviço. Isso leva muito tempo, quando não vira precatório, que é o pior dos caminhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Essa é a realidade da terceirização no Brasil, especialmente aqui no Distrito Federal. Já pensaram, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o que são 328 trabalhadores irem dormir e amanhecerem no outro dia sem emprego, sem salário, sem direitos para receber? Pois eles têm o direito, mas estes não são pagos. E ainda têm o desprazer de dizer ao sindicato para cobrar dos órgãos! Isso tem nome: é canalhice.

Eu estou trazendo essa situação aqui à tribuna da Câmara Legislativa para pedir a solidariedade desta Casa para que a gente possa fazer com que o governo cumpra uma lei da minha autoria que retém as parcelas provisórias para que esses trabalhadores não sejam tão prejudicados.

Eu digo, Deputado Wellington Luiz, que a situação do trabalhador terceirizado no Brasil é pior do que a do boia-fria. São empresas pobres, trabalhadores mais pobres ainda e empresários milionários, porque a maioria dos empresários não deixa absolutamente nada no próprio nome. Você vai atrás e não há nada no nome deles. Aí, tem que se entrar na Justiça para cobrar dos órgãos. O que assusta é que, inclusive, é uma empresa que presta serviços à própria Justiça Federal do meu País. Isso é grave. Nós vamos tomar todas as providências, junto com o sindicato, para que esses trabalhadores sejam assistidos e recebam os seus direitos limpos e honestos, pois eles trabalharam para tê-los.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Eu pergunto ao Deputado Wellington Luiz se quer fazer uso da palavra pelo bloco do PMDB.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Como vou negar um pedido de V.Exa. de falar pelo PMDB e pela Minoria desta Casa – a oposição desta Casa hoje está restrita a uns três, quatro Deputados apenas.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria, inclusive, já que V.Exa. tocou nesse assunto, de falar que existe aqui a necessidade de se escolher o Líder da Minoria, já que nós já temos formalizado o Líder da Maioria. Eu gostaria que hoje a gente – aqueles que estão confortáveis em fazer isso – pudesse eleger o Líder da Minoria. Já há, inclusive, a sugestão. Eu gostaria que V.Exa. procedesse a essa formalidade, que é, inclusive, regimental, uma necessidade para nós Parlamentares, para que a democracia, como sempre, vença.

Sr. Presidente, eu quero tratar de uma situação que reputo de uma gravidade enorme. Quero tratar disso com muita responsabilidade. Chegou às minhas mãos uma denúncia que julgo muito grave, e acho que a tribuna desta Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

é o foro adequado para que denúncias se tornem transparentes. Eu gostaria, inclusive, que o Presidente e os meus Pares ficassem muito atentos a essa denúncia.

Existe uma denúncia contra a Terracap, Companhia Imobiliária de Brasília. A Terracap é detentora de uma dívida de aproximadamente 206 milhões com a Fazenda Nacional. Ela devia à Fazenda Nacional impostos, tributos, alguma coisa do gênero, e teria se recusado a pagar. A Terracap, no início do ano, usou um dos artifícios que entendeu ser legítimo, ajuizando uma ação na Justiça Federal, salvo engano contra a Fazenda Nacional ou contra a Receita. E aí, segundo a denúncia, esse dinheiro, R\$206.304.106,64 (duzentos e seis milhões, trezentos e quatro mil, cento e seis reais e sessenta e quatro centavos), teria sido depositado nos cofres do GDF, do Tesouro local.

Deputado Rodrigo Delmasso, V.Exa. que entende muito de números pode nos ajudar a esclarecer isso aqui. Ocorre que, no Processo nº 101667219112015/20, o juiz federal, tem o nome dele ali, acabou entendendo que o Distrito Federal estava equivocado e determinou que o DF pagasse imediatamente, Presidente, além dos 206 milhões, mais R\$41.260.821,00 (quarenta e um milhões, duzentos e sessenta mil, oitocentos e vinte e um reais), mais juros de R\$7.860.186,46 (sete milhões, oitocentos e sessenta mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos). Ou seja, significa dizer que a decisão irresponsável, ou a suposta decisão irresponsável dos dirigentes da empresa ocasionou um prejuízo da ordem de 49 milhões, Deputado Bispo Renato Andrade.

E aí, Deputado, é bom que a gente saiba quem vai pagar essa conta, se essa denúncia for verdadeira. E esta Casa tem que apurar essa denúncia, ela é o Poder fiscalizador. Se realmente for verdadeira, quem vai pagar os aproximadamente 50 milhões de reais? Será que vão ter que demitir mais servidores públicos? Cuidado, Deputado, daqui a pouco terão que demitir até deputado para pagar essa conta. A coisa está apertando, está arrojando.

Tenho certeza absoluta de que medidas serão tomadas, conhecendo a responsabilidade e a transparência da Mesa Diretora desta Casa. Eu gostaria que ações efetivas fossem feitas, que o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Distrito Federal pudessem se envolver nesse processo e saber o que de fato está acontecendo. Isso é muito grave, Deputado Chico Vigilante! Se o momento é de crise financeira, e nós geramos outra despesa desnecessária, entrando com uma ação contra a Fazenda Nacional que gera um prejuízo de 50 milhões, quem vai pagar a conta, Deputado Chico Vigilante? Quem vai deixar de ser contratado? Vão continuar sucateando os hospitais? Não vai dar para comprar a seringa desse jeito! Aí não tem jeito! Se manobras irresponsáveis como essa continuarem sendo a opção e alternativa deste governo, o resultado vai ser esse, vai ser o que aconteceu aqui ontem: concursados querendo ser contratados, mas não pode. E nós somos a caixa de ressonância da sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Por isso, mais uma vez, quero pedir a cada companheiro e à Mesa Diretora, aqui representada pelo Deputado Bispo Renato Andrade, que adotem as devidas providências. Que consultem, que peçam informações à Terracap para que não sejamos levianos, mas que também não deixemos passar uma denúncia que, se verdadeira, é muito grave. E alguém vai ter que pagar essa conta. Eu sugiro e espero que, dessa vez, a população do Distrito Federal não seja majorada com mais impostos, ou os servidores públicos, que agora são os grandes vilões da história, tendo o seu regime de previdência atacado, ou, pior ainda, sendo os servidores públicos concursados demitidos, que é o que alerta o atual governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que faça chegar a nós para que possamos encaminhar. Segunda-feira haverá reunião da Mesa Diretora. Iremos discutir sobre o assunto.

Se Deputados forem demitidos, que se comece pelos mais velhos, os que têm mais legislaturas, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Se me permite, Sr. Presidente, eu queria divergir dessa sugestão de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Líderes de bloco, senhores assessores, membros da imprensa, venho hoje usar a tribuna, como Líder do Bloco Amor por Brasília, na realidade, só para apresentar um raio-x orçamentário e financeiro do Governo do Distrito Federal, nos anos de 2011 a 2014. Na realidade, não vou fazer nenhum juízo de valor, mas apresentar aquilo que está em todos os sistemas e, obviamente, algumas avaliações de como se desenha um pouco a crise que estamos vivendo.

No ano de 2011, o Distrito Federal arrecadou um pouco mais de 13 bilhões de reais; no ano de 2012, um pouco mais de 15 bilhões de reais; em 2013, mais de 16 bilhões; e, em 2014, mais de 18 bilhões de reais. A despesa empenhada, ou seja, aquilo que o Estado reconheceu, ou reconhece como despesa, uma previsão do seu gasto, em 2011, chegou a 13 bilhões de reais; em 2012, 15 bilhões de reais; em 2013, 18 bilhões de reais, ou seja, aí sobrestando 2 bilhões a mais daquilo que foi arrecadado; e, em 2014, cerca de 19 bilhões de reais.

Ou seja, nós vimos que, nos anos de 2013 e 2014, o governo empenhou 1 bilhão a mais do que a sua arrecadação. Na realidade, isso demonstrou nos anos de 2013 e 2014, uma frustração de receita do Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Bem, o percentual da receita arrecadada com a despesa empenhada, ou seja, a diferença da receita arrecadada com a despesa empenhada está no seguinte patamar: em 2011, diferença positiva de 0,37%, ou seja, houve um superávit de 0,37%. Em 2012, 2013 e 2014, Deputado Bispo Renato Andrade, o Distrito Federal teve um déficit, ou seja, empenhou mais do que se arrecadou, na seguinte monta: em 2012, houve um decréscimo, ou seja, um prejuízo, de 0,75%; em 2013, de 6,79%; e, em 2014, de 0,49%

A diferença que quero apresentar aqui da receita arrecadada com a despesa liquidada está no seguinte patamar, ou seja, ela vem se aproximando daquilo que o Estado arrecada com aquilo que ele gasta. Isso é preocupante, porque, quanto mais se arrecada e mais se gasta, o Distrito Federal não cumpre as suas metas do superávit primário, e isso pode prejudicar na contratação de empréstimos para aumentar investimentos. Quando digo investimentos, não é investimento em bancos, que você vai colocar em fundos de renda fixa, mas investimentos para obras necessárias para o Distrito Federal. Em 2011, a diferença percentual da receita e da despesa liquidada era de 5,37%; em 2012, subiu para 5,67%; em 2013, pasmem, houve uma queda para 1,42%, ou seja, daquilo que o Estado arrecadou com aquilo que ele efetivamente pagou, uma diferença de 1,42%; e, em 2014, houve um leve aumento para 3,76%. O que podemos aferir? Primeiro, as receitas dos últimos quatro anos sempre foram menores do que as despesas empenhadas, com exceção do ano de 2011. As despesas empenhadas sempre foram maiores que a liquidada. E o que se arrecadou nos últimos quatro anos, um grande número de inscrição em restos a pagar não processados. Os restos a pagar não processados geram um impacto muito grande nas receitas do exercício seguinte, uma vez que, quando pagas, são utilizadas receitas do exercício atual, diminuindo as receitas arrecadadas do exercício, prejudicando a programação autorizada para a LOA.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. que faz parte da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa, há um dado que me preocupa muito, que na realidade irá impactar no ano que vem. A receita corrente líquida da União, que é o que corrige o Fundo Constitucional do Distrito Federal para 2016, aponta um déficit na ordem de 4% em relação ao ano de 2015. Essa notícia, que na realidade é só uma previsão, ainda não se concretizou. Ou seja, se nós colocarmos uma previsão de crescimento de 5% para os próximos meses, que estão enquadrados à recente corrente líquida da União, para fazer a correção do Fundo Constitucional, nós podemos ter um decréscimo de cerca de 4% do repasse do Fundo Constitucional do Distrito Federal aos cofres do Tesouro do DF. Isso significa o seguinte: a despesa, como temos visto, não tem diminuído, ela tem aumentado. Primeiro, com o crescimento vegetativo da folha e outras despesas correntes. Os investimentos, a capacidade do Estado de fazer obras, a cada ano têm diminuído. Outras despesas correntes têm crescido e a despesa com folha de pessoal também tem crescido. Qual é a minha preocupação? Que o transbordo do Fundo Constitucional, que é pago pela fonte 100, no ano de 2016 irá aumentar. Aumentando ele vai, obviamente, impactar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

diretamente nas receitas da fonte 100. E aí o que precisamos, e eu acredito que a Câmara Legislativa precisa se debruçar nessa situação.

Ontem, chegou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal para o ano de 2016. Nós precisamos, como Casa Legislativa, e aqui mais uma vez não levantando coloração partidária, não levantando bandeira de ser Situação ou Oposição ou situação de dependência, nós precisamos nos debruçar para que possamos corrigir e ficar atentos a esse transbordo, Deputado Bispo Renato Andrade, que o Distrito Federal, a partir do ano que vem, terá de assumir com as despesas, que obviamente poderiam ser pagas com o Fundo Constitucional.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, já é frequente essa utilização – alguns denominam de pedalada – , antecipação do recurso de um ano, ser encerrado no ano em função de pagamentos, sobretudo de servidores. Mas eu queria me permitir situar V.Exa. de um recente estudo feito por nossa assessoria, que é da própria Casa; e inclusive nós notificamos o Governador, notificamos os dois secretários da área econômica, bem como a equipe do Tribunal de Contas do Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal tem de questionar o Ministério do Planejamento no que diz respeito ao histórico do cálculo do Fundo Constitucional. Há uma defasagem, que tem representado perda para o Distrito Federal, que no ano passado representou 128 milhões de reais em função dessa diferenciação de cálculo. Por quê? Porque se calcula a partir da receita corrente líquida de junho/julho. E, nos primeiros anos, houve a atualização do valor correspondente do mês, pois, na ocasião do cálculo, ainda se utilizava valor diferente para pior, no que diz respeito à razão dos dois anos que se utiliza para o cálculo da variação da receita corrente líquida. Conseqüentemente, essa perda no último ano representou esse montante para o Distrito Federal.

Ou seja, V.Exa. está tocando num assunto extremamente sensível, num assunto extremamente importante. É necessário que o Governo do Distrito Federal abra o mais rapidamente possível esse debate. De fato, há uma queda da receita em nível da União e, havendo queda da receita em função da perda da atividade econômica, isso vai refletir no cálculo da receita corrente líquida e, conseqüentemente, no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Para Brasília isso faz toda diferença.

Se V.Exa. me permite ainda na sua fala, Deputado, quero dizer que, nesse estudo que foi feito, nós apontamos três outras variáveis que mostram que, em função da gestão do Fundo Constitucional ao longo desses últimos doze anos, o Distrito Federal vem perdendo considerável montante de recursos. Portanto, falar da perda, daquilo que vai acontecer no futuro... Claro que foi a opção que Brasília e o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Governo Federal fizeram quando se votou a lei do Fundo Constitucional do Distrito Federal, mas nós também temos que falar e fazer a autocrítica das perdas em função da não utilização de remanejamentos de recursos feitos para se reduzir a sobrecarga. Tem que se ter pulso, tem que se bater na mesa, porque aqui em Brasília é o seguinte: área tal entende que aquele dinheiro é dela, ela gerencia como se fosse exclusividade dela e prefere perder a ver outras áreas no Distrito Federal serem beneficiadas. Eu digo: por exemplo, na área de licitação, de investimentos, de manutenção, temos perdido. Com esse cálculo que nós fizemos, chegamos a um montante de 478 milhões de reais. Não é uma quantia pequena, mas é claro que isso reflete esses doze anos.

Parabenizo o Deputado, V.Exa. está coberto de razão, acho que V.Exa. domina o tema – inclusive ontem fiz um pronunciamento sobre a questão dos restos a pagar –, mas acho que V.Exa. tem que também cobrar a publicação. O montante não chega a 900 milhões de reais, mas nos documentos do governo, o governo chega a dizer um bilhão e meio, em alguns casos até 3 bilhões, só que essa publicação de reconhecimento de dívida ainda não foi feita. A exceção seria, justiça seja feita, o debate que fizemos aqui sobre a suplementação, e inclusive o Deputado Rafael Prudente falou sobre isso no pronunciamento que, se não me engano, fez ontem com relação ao SLU, em que houve o reconhecimento de uma dívida de 80 milhões – pagou-se 20 milhões, faltavam 60 milhões –, e por isso aquela suplementação tinha sido tão elevada.

Portanto, parabenizo porque essa é uma matéria árida e poucos Deputados se dispõem a adentrar e se aprofundar no assunto.

Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Deputado Wasny de Roure, agradeço o aparte de V.Exa., mas eu quero ainda fazer uma referência de que a receita tributária oriunda de impostos está apontando, na realidade, no fechamento desse quadrimestre, para um crescimento em torno de 11%. Ou seja, no final do quadrimestre, poderemos chegar a um crescimento de 11% referente ao ano de 2014. E o que nós podemos avaliar? Obviamente, já é exaustivo esse debate, mas, na realidade, precisamos sedimentar essa proposta. Uma das saídas seria obviamente o ajuste das despesas, principalmente no que diz respeito às despesas correntes, enxugando ainda mais o custeio da máquina administrativa. Enxugar o custeio da máquina administrativa significa, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Vigilante, racionalizar muitos serviços que talvez sejam prestados pelas secretarias. Na época, eu me lembro de que existia a central de compras. Aquilo que era comum entre todas as secretarias era licitado em uma central de licitações, onde eram racionalizadas as compras do Estado.

Encerrando, esse é um breve relato. A assessoria do nosso gabinete também fez um estudo muito aprofundado em relação à situação financeira e orçamentária



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

do Distrito Federal. Temos técnicos da Secretaria de Fazenda, pegamos dados do Tesouro Federal para embasar este estudo e o que me preocupa muito, Deputado Wasny de Roure e Deputado Chico Vigilante, talvez não seja a origem do problema, mas sim o encaminhamento das soluções deste problema.

Problemas nós temos, temos diversos problemas, mas o que precisamos – eu disse isto várias vezes desta tribuna – é olhar para frente, construir um projeto que venha tirar o Distrito Federal da crise, sanear de fato a questão financeira da cidade e recuperar a capacidade de investimentos e de execução de obras, para que o Distrito Federal volte a crescer e, acima de tudo, com melhor qualidade de vida à população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante termos em mente qual o papel de um governante. Um governante, acima de tudo, tem que ter a responsabilidade de agir no sentido de tranquilizar a comunidade que ele dirige. Ele foi eleito para isso. Inclusive nas aldeias indígenas é assim, o cacique cuida da harmonia da aldeia e anima os demais para viverem efetivamente em harmonia.

O que estamos vendo no Distrito Federal é o terror estabelecido. Todos nós estamos lembrados de quando a crise mundial chegou ao Brasil. O Presidente Lula disse na televisão: “Vamos comprar, essa crise é só uma marolinha”. Os analistas de direita perturbaram o Presidente porque ele chamou a crise de marolinha. A verdade é que a economia não parou.

O que faz o Governo do Distrito Federal desde o primeiro dia que assumiu? Terror, principalmente em cima dos servidores. Sabemos que Brasília é uma cidade de servidores, por isso a economia parou. Ninguém está comprando nada, estão assustados com o que está acontecendo. É ameaça de demissão, parcelamento de salários, e nada disso se concretizou porque havia dinheiro, conforme eu demonstrei aqui mais de uma vez.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Agora existe mais uma ameaça na praça: dizer que vai demitir servidores concursados. Alguém tinha que ter dito ao Governador Rollemberg que servidor concursado, para ser demitido, precisa passar por um processo muito longo. Vamos a ele: tem de pegar a Lei de Responsabilidade Fiscal e alcançar 49% da Receita Corrente Líquida. Alcançado isso, demitem-se todos os comissionados de livre provimento. Uma vez demitidos todos os comissionados de livre provimento, e não baixando a Receita Corrente Líquida a menos de 49%, aí se pode verificar quais áreas têm servidores que podem ser demitidos. Portanto, é um absurdo! A toda hora se diz que não podem contratar para a saúde por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. É mentira! Saúde, educação e segurança estão fora da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não contratam porque não querem.

Na verdade, o pano de fundo de toda essa discussão, desse terror que foi plantado de amedrontar os servidores, é para ver se amanhã o Tribunal de Justiça não considera constitucionais as 37 leis que foram votadas aqui, dando reajuste aos servidores. Deputado Ricardo Vale, há um verdadeiro terror entre os servidores. Hoje mesmo, no horário do almoço, uma servidora desta Casa – não vou revelar o nome dela aqui – me passou uma mensagem dizendo: “Deputado, estou indo almoçar. Se o pacote do Rollemberg chegar aí, o senhor me dê imediatamente uma informação, porque eu preciso me aposentar se o pacote vier me prejudicando”. Portanto, um terror está estabelecido no meio dos servidores, é só ameaça. Desde o dia em que tomou posse, não há uma palavra de encorajamento do setor econômico. Já são 9 mil trabalhadores da construção civil demitidos porque as obras pararam, inclusive obras que poderiam ser tocadas perfeitamente, como é o caso da construção de creches, os centros de ensino infantil, que são pagos pelo Governo Federal. Não receberam o recurso porque não alimentaram o sistema para que o FNDE pagasse. Pararam a alimentação do sistema. Incompetência pura!

No caso da saúde, decreta-se estado de emergência. Está completando seis meses, com estado de emergência, para o Secretário de Saúde mandar um ofício para verificar por que há médico pegando atestado. Eu parto do princípio de que o médico que fez um juramento – há um código de ética, e eles juram – só pegará atestado se estiver doente. A imprensa pergunta: qual medida o senhor tomou para resolver o caos na saúde? “Mande um ofício para fazer um levantamento do porquê estão apresentando atestado”. Isso é zombar da nossa cara.

Nós tínhamos um sistema aqui que era o seguinte: quando qualquer paciente chegava ao posto de saúde – havia um convênio da telemedicina –, colocavam os aparelhos nele, os dados iam para São Paulo e, em cinco minutos, o resultado chegava para dizer se ele tinha problemas cardíacos. Já recolheram os aparelhos de todas as unidades de saúde. Nós tínhamos a carreta da visão, que era um espetáculo. Foram cerca de 20 mil cirurgias, pessoas que estavam cegas recuperaram sua vista. Tínhamos a carreta da mulher para combate e tratamento do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

câncer, que desapareceu também. É um sistema em que hoje falta papel higiênico – eu tenho ido muito aos postos de saúde e aos hospitais –, falta luva, falta tudo!

Vou repetir, para concluir: está faltando vergonha na cara de alguns dirigentes que estão dirigindo a saúde do Distrito Federal. Este é o problema: incompetência pura.

Eu sou defensor de que ninguém tem que quebrar nada, mas uma senhora no Paranoá, no desespero, quebrou uns vidros e ainda teve que pagar 500 reais de fiança para poder sair da cadeia. Acho que quem tinha que pagar a fiança era o Secretário de Saúde, por ter deixado aquela situação chegar ao ponto a que chegou.

Hoje eu me assustei, Deputado Raimundo Ribeiro. O Governador foi à Fibra e fez um discurso. Amanhã eu vou falar da agenda legislativa da Fibra, Deputado Ricardo Vale, Deputado Wasny de Roure. A Deputada Luzia de Paula, o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Lira estavam lá. O Governador disse: “Mande um pacote de medidas para a Câmara”. Eu pergunto: cadê o pacote? Aqui não chegou. Parou onde? Não tinha mandado ainda, porque o documento só existe aqui depois que é lido nesta Casa. Até ontem não tinha sido lido. Portanto, não existia. Por isso é preciso termos cuidado, efetivamente, com o que está acontecendo. E se estão produtivos.

Fez bem a Deputada Celina Leão, que chamou os 24 Deputados para uma reunião, mas compareceram 14, para discutirmos como podemos ajudar nessa situação. Mas eu vou repetir: não é papel da Câmara Legislativa! Temos de ouvir o setor produtivo e a sociedade para ver o que está em sintonia com eles.

Agora, acima de tudo, o governante tem de ser o animador para que a economia não pare, porque se desencorajar vai ficar pior, vai ter mais gente desempregada, e a economia vai parar, e aí a situação se torna realmente grave.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Se me permite, até quero me solidarizar com V.Exa.

Primeiro, eu estou aqui solitário na Mesa.

Segundo, eu quero me solidarizar com V.Exa. quando lembra essa situação que é totalmente invertida. Quer dizer, você de repente recebe em um hospital uma pessoa que vai para lá já fragilizado e lá não encontra o refrigerio que busca, não encontra a solução que busca, e chega um determinado momento em que a pessoa cansa de ser paciente, não é, Deputado Chico Vigilante? O apelido que as pessoas recebem quando estão no sistema de saúde é paciente, mas realmente está difícil ser tão paciente, porque você não encontra médico, remédio, não encontra isso ou aquilo. Isso me faz lembrar até um filme muito conhecido chamado Um Dia de Fúria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Naquele filme, o que acontece? O sujeito tem tantos problemas, que chega uma hora em que ele perde totalmente o controle e começa a fazer uma série de coisas que são desproporcionais, mas que se justifica até pelo desespero em que a pessoa se encontra.

Eu quero aqui compartilhar com V.Exa. essa mesma preocupação e dizer que realmente é passado da hora. Nós sabemos das origens de todos os problemas da saúde, essa coisa toda, mas, independentemente da origem dos problemas, temos de solucioná-los. Chegou o momento da solução. Não dá mais para convivermos com a população indo em busca de um serviço pelo qual ela já pagou, e caro. Paga 40% do que ganha e não encontra esse serviço. Eu até registro aqui um fato histórico. Nós estamos juntos, Deputado Chico Vigilante!

Muito obrigado. Parabéns!

Dando continuidade as Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, servidores desta Casa, estou nesta tarde aqui para falar sobre a questão pontuada ontem sobre o Centro de Ensino Fundamental nº 4 de Ceilândia, situado na QNM 21/23, que foi fechado por motivo de uso de drogas, em razão do quantitativo de meninos usuários de drogas, marginalizados, que infelizmente estavam numa inversão nas suas vidas. Em vez de estarem dentro da escola estudando, estavam nas imediações da escola para consumirem drogas e para marginalizarem os outros alunos e os professores. A comunidade se mobilizou para discutir o assunto, e hoje a escola está aberta. Mas ficou um chamado, um chamado de consciência, um chamado para a atenção às nossas meninas, aos nossos meninos que não têm oportunidade em suas vidas de ter motivação para estudar, para brincar, para ocupar o seu tempo, e por isso são colhidos pela marginalidade e se tornam marginalizadores, embora sejam vítimas. São vítimas de um descaso que vem acontecendo ao longo da nossa história.

Muitos falam de transformação, de mudanças, mas nós sabemos que essas mudanças só acontecerão no dia em que alcançarmos o cumprimento da Constituição Brasileira, quando fizermos com que todas as nossas crianças, todas, de 6 meses até os 90 anos, tenham a atenção verdadeira do Estado e sejam realmente acolhidas pelo pilar maior, que é a educação.

Nós tivemos, na quinta-feira, em Ceilândia, um grande momento, Deputado Prof. Reginaldo Veras, quando Ceilândia recebeu duzentos homens, duzentos militares, duzentos praças para cuidar da nossa cidade. Pela primeira vez, Ceilândia é tratada de forma diferenciada e respeitosa. Ela foi respeitada pelo seu tamanho demográfico, mas duzentos ainda é pouco, é pouco pela construção feita na nossa cidade: a construção do descaso, a construção da não valorização das nossas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

escolas, das nossas crianças. Nossas crianças, naquela cidade, só têm um espaço: a escola pública. Ao retornarem para casa, elas não têm outro ambiente onde possam ser crianças e ser felizes. Mesmo assim, duzentos homens já estão fazendo a diferença.

Hoje mesmo, no horário do almoço – e eu sempre tenho de fazer isso, voltar à minha casa, que não é tão perto, lá em Ceilândia –, eu tive a oportunidade de presenciar os policiais andando pelas ruas, e não só no centro de Ceilândia, mas também em toda a cidade. Esperamos que isso continue, porque nós, infelizmente, precisamos. Eu digo infelizmente porque o melhor era não precisar, o melhor era ter nossas crianças andando pelas ruas sem correr nenhum risco. Nós precisamos da segurança hoje não só para prevenção, mas para punição. Eu digo nós porque sou parte de uma sociedade e sou de uma geração que tem uma dívida muito grande com as nossas crianças.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputada, parabênizo V.Exa. por abordar esse tema que já foi abordado ontem pela nobre Deputada Sandra Faraj. Esse tema é de tamanha relevância e já me angustia há algum tempo. Já no mês de janeiro, procurei o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, Comandante Florisvaldo César, que é originalmente de Ceilândia, do Setor P Norte também, cresceu naquela comunidade e, logo, conhece a nossa realidade. Já naquela ocasião, combinamos de fazer uma audiência pública para tratar desse tema da segurança pública no perímetro das escolas. Essa audiência ocorrerá agora, nesta sexta-feira, depois de amanhã, às 15h, e é fundamental a participação de todos os Parlamentares. O Ministério Público estará conosco e, se não fizermos, nós nos omitiremos. E, quando nos omitimos, temos culpa. Esta Casa não pode ficar parada e a gente tem que sair desta audiência pública com medidas concretas, nem que seja com uma cartilha, com diretrizes de orientação ou alguma coisa que leve à redução desses índices de criminalidade próxima às escolas.

Veja bem, Deputada Luzia de Paula, nós, ceilandenses, ficamos felizes com esses duzentos policiais que foram mandados para os nossos batalhões, mas, por outro lado, o batalhão escolar, que hoje já atua de forma fragilizada e precária, não recebeu um policial militar sequer dos novos que foram recém-formados. Nenhum foi para o batalhão escolar. Ou seja, esse índice de violência no perímetro das escolas corre sério risco de continuar alto ou aumentar ainda mais. Foi um equívoco, no meu entender, da Polícia Militar na distribuição desses novos policiais, mas ainda há tempo de sanar. Eu voltarei a bater nessa tecla, na audiência pública de sexta-feira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Muito obrigado, Deputada. Parabéns por tocar nesse assunto, sempre tão relevante.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA– Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras. V.Exa. vem, como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, trazendo esse tema da violência no perímetro das escolas desde o início desta legislatura. Parabenizo-o por estar tão preocupado com as nossas crianças. Não só porque V.Exa. é um educador, um professor, mas também porque carrega dentro da sua formação esse compromisso. Tenho certeza de que V.Exa., assim como eu, sabe que, se não cuidarmos das crianças, em vão serão todas as construções que tenhamos planejado fazer. E, quando falo em construção, estou falando da construção da formação do homem, do ser humano.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada, V.Exa. teve uma iniciativa muito importante. Acho que nós, Parlamentares, temos que ser sempre porta-vozes de iniciativas que ajudem, apoiem e tratem a escola como um ambiente que necessita sempre de reforço. Não nos adianta apenas chegar aqui e cobrar isso ou aquilo, sendo que as escolas, principalmente a pública, sempre padecem de insuficiência de recursos. Essa coisa é muito grande, além do que há uma demanda muitas vezes superior às reais condições da escola.

Então, a nossa presença, o nosso envolvimento é muito mais para sermos porta-vozes não de compreensão, mas de empenho, de solidariedade, de encaminhamento.

Essa temática que V.Exa. traz também está associada à vida da escola e é necessário o fortalecimento dos conselhos escolares. É necessário o fortalecimento do processo de interlocução com a sociedade circunvizinha à escola. Não há como nós a tratarmos como um ente dissociado da escola. É muito importante a comunidade ser lembrada nesses debates de problemas da escola. Muitas vezes, ela é lembrada por ocasião da festa junina, mas deve ser lembrada também por ocasião dos problemas, que, de maneira direta e indireta, vão afetar os moradores ao redor da escola.

Portanto, esse pronunciamento de V.Exa. corrobora com o trabalho que o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, tem procurado realizar, dando tudo de si para o melhor possível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Muito obrigado e parabéns!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Acho importante o pronunciamento que V.Exa. está fazendo, mas é muito importante também pontuar que esse fato só está acontecendo agora, no quinto mês do Governo Rollemberg, porque o então governador da época, o Arruda, iniciou a construção do prédio do 10º Batalhão da Polícia Militar em Ceilândia Norte e parou. O Governador Agnelo teve que refazer todos os contratos, concluiu a obra e entregou o quartel funcionando. Foi no Governo Agnelo também que houve o concurso público para a contratação dos policiais, para que a gente tivesse agora duzentos novos policiais, o que é pouco ainda. Na verdade, pelo tamanho de Ceilândia, teriam que contratar muito mais policiais, mas a gente sabe das dificuldades. O cobertor é curto.

Então, ele fez o quartel da Polícia Militar e fez o quartel do Corpo de Bombeiros. Ainda falta o 8º, mas o prédio é inadequado, era um centro de rádio do Exército que fica na Guariroba e não tinha condição nenhuma de funcionar como quartel da polícia.

Do meu ponto de vista, portanto, uma das melhores coisas que aconteceram em Ceilândia foi o Governador, graças ao clamor da comunidade – V.Exa., eu e a Deputada Erika Kokay participamos disto –, ter tido a coragem de comprar, mesmo tendo sido, na época, atacado por determinados segmentos, o prédio que era do Sesi para transformá-lo em uma escola modelo, a Anísio Teixeira.

É importante o pronunciamento de V.Exa., mas é fundamental a gente apontar o que os outros fizeram também.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante. Concordo com V.Exa. Nos dias de hoje, na modernidade, acreditamos que governos têm de governar e fazer política de Estado, e nós tivemos essa experiência, não apenas política de governo. As políticas públicas têm que permanecer. Se permanecerem, teremos a oportunidade de aqui retratá-las com muito orgulho, como é o caso da nossa Escola Parque Anísio Teixeira, produto de uma luta muito grande. Tenho um carinho muito grande por essa escola e uma enorme gratidão por termos conseguido fazer com que aquele espaço, em Ceilândia, que era espaço do Sesi, permanecesse na nossa cidade e se transformasse no que é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

hoje: um espaço aberto para oferecer as nossas crianças e aos nossos adolescentes um pouquinho daquilo que eles merecem.

Eu queria ainda, Sr. Presidente, que V.Exa. tivesse paciência comigo, porque quero abordar um outro assunto de suma importância, na minha avaliação. No sábado, aconteceu, também em Ceilândia, uma grande festa: a Miss Gari 2015. Houve várias mulheres ali, várias mulheres trabalhadoras da limpeza urbana com a autoestima elevada. Foi muito difícil para aqueles que estavam ali escolher a vencedora, Deputado Joe Valle, porque todas mereciam, todas tiveram coragem de desfilar, de mostrar a sua grandeza, a sua beleza e mereciam ser a Miss Gari 2015.

Foi escolhida a Dolessandra Rodrigues Soares, que, no final, disse: “Nunca imaginei que iria levar o 1º lugar. Havia candidatas mais bonitas, sabe? Eu estou tão feliz, que nem consigo explicar. Já passei por tantos preconceitos nessa profissão, e esse título faz valer a pena todo o sofrimento”. Esse foi o relato dela ao final do desfile. Foi a exposição do seu sofrimento, do preconceito. Era uma mulher negra, muito bonita, mas que, no final, teve de abrir o seu coração e expressar o sentimento que, infelizmente, é o que acontece hoje neste país. Eu costumo sempre dizer: há muita discriminação, mas a maior discriminação é a social, a maior discriminação é com os pobres, sejam eles pretos, brancos, amarelos, seja quem for. Quando se é pobre e quando não se consegue, até por falta de condições, por falta de apoio, ter sua autoestima elevada e ser valorizada e alcançar os bancos da escola, porque faltou motivação, faltou oportunidade, pois ninguém é analfabeto porque quer, ninguém fica sem conhecimento porque escolheu não conhecer nada; é porque infelizmente nós temos uma sociedade que ainda não percebeu a partilha. São poucos com muito e muitos com nada.

Mas eu queria ainda, também, parabenizar os conselhos tutelares. Ontem, o nobre Deputado falou sobre o assunto dos conselhos tutelares, da manifestação na segunda-feira. Na segunda-feira, todo o Distrito Federal, a maioria dos conselhos tutelares fez um ato contra a exploração sexual, contra o abuso sexual, contra a pedofilia, e aqui temos visto com muita veemência a defesa da luta contra esses três crimes que deveriam ser banidos da face da Terra. São três crimes diferenciados, não são a mesma coisa, e é preciso que se trate cada um com a dureza com que tem de ser tratado, porque nós temos hoje, e disse muito bem ontem o nosso querido, meu querido Líder, Deputado Rodrigo Delmasso, esse câncer, essa doença que parece não ter cura. Mas nós temos que arrumar uma forma para que ela seja curada. Ela se divide em três. É necessário que se tenha muita atenção e que não se faça confusão para dar a cada um desses criminosos o tratamento que merecem.

Agradeço a compreensão do nosso querido Líder e os nobres Deputados que fizeram seus apartes em nosso pronunciamento.

Muito obrigada.

Boa tarde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputada Luzia de Paula, é sempre um prazer ouvi-la.

Solicito aos Setores de Taquigrafia e Ata e Súmula que registrem as falas dos Deputados Prof. Reginaldo Veras, Wasny de Roure e Chico Vigilante após o final do pronunciamento da Deputada Luzia de Paula, tendo em vista que, nos Comunicados de Parlamentares, não cabem apartes.

Quero registrar aqui com muita satisfação a presença do Deputado Siqueira Campos, que abrilhanta cada vez mais esta Casa. S.Exa. está ali conversando com o Willemann, que está atrás do Deputado Wasny de Roure.

Deputado Siqueira Campos, seja muito bem-vindo! Esta Casa é sua.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de trazer aqui dois rápidos temas do nosso convívio. Em primeiro lugar, eu gostaria de falar sobre os concursados da CEB.

Os concursados da CEB atenderam a um edital de 2012, e a homologação do concurso se deu em 2014. Ocorre que, naquelas atividades operacionais específicas – eletricitas, auxiliares –, a CEB tem diversos outros contratos, mas a empresa fez um concurso público. Nós sabemos que a atividade finalística não pode ser terceirizada, e as empresas, ao longo de sua história, a exemplo da Caesb, têm também terceirizado suas atividades-fim.

Eu quero fazer aqui desta tribuna um apelo à direção da CEB. Eu sei que é uma direção que está procurando fazer um trabalho bastante responsável, mas é necessário observar a razão de ser de atividades que são fim da própria empresa serem ocupadas por concursados, principalmente quando se tem no banco de concursados um conjunto de pessoas que passaram pela avaliação. E o incrível, Deputado Chico Vigilante, é que esse concurso, até o momento, não convocou nenhum concursado de nível básico, deixando o serviço inteiramente à mercê dos contratos de terceirização. Eu até falei para os concursados que me abordaram que eu acho que temos que ter um pouco de compreensão, porque ninguém vai para a terceirização, Deputado Joe Valle, porque quer. Então, em primeiro lugar, temos que respeitá-los como trabalhadores, mas, ao respeitá-los, Deputada Luzia de Paula, como trabalhadores, não pode ser violentado algo maior, que é aquilo que é instituído na Carta Maior deste País, que é uma Constituição, que prevê concurso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

público para preenchimento dos cargos, em função de manter contratos com empresas que trabalham com a terceirização, que já têm um mercado imenso, que podem trabalhar no plano do Governo Federal, no plano das empresas circunvizinhas a Brasília, nos municípios ao redor de Brasília, como também em instituições públicas da Administração Pública Direta ou Indireta.

Portanto, eu quero fazer aqui um apelo ao Presidente da CEB e a toda a diretoria: que apresente, que se esforce na perspectiva da convocação dos concursados para o nível básico, para o nível operacional. Eu falo dos eletricitários, eu falo daqueles que fazem o trabalho braçal. Não é porque é um segmento de pessoas simples que deve ter um tratar diferenciado. O administrativo foi convocado, o engenheiro foi convocado, e necessita ser convocado a exemplo do que o próprio edital previu. Não convocaram nem o número que o edital previu. Não estou nem dizendo dos que estão no banco de reserva, Deputado Joe Valle. Estou falando dos que estava previsto serem convocados e não foram convocados.

Nós vimos ontem aqui aquela questão do que é o Metrô. Então, eu quero aqui suscitar com os colegas que façamos um amplo debate para criarmos uma frente e um fórum de debate, Deputado Prof. Reginaldo Veras, sobre essa questão de concursados. Acho que é um problema muito sério. Isso que o Deputado Chico Vigilante falou é algo que deixa os recém-concursados apreensivos. A decisão vai ser no Conselho Especial do Tribunal de Justiça, na terça-feira. Está pautado o debate da representação do Ministério Público das Ações Diretas de Inconstitucionalidade de 33 projetos de lei votados nesta Casa nos termos da argumentação do Ministério Público.

Portanto, nós não podemos baixar a guarda. Nós temos que criar um clima que possa sensibilizar o Tribunal de Justiça, dar continuidade, valorizar aquilo que é o concurso público na Administração do Distrito Federal.

Sr. Presidente, quero trazer outro tema na tarde de hoje para os colegas.

Pelo visto, não sei se vamos ter votação, Deputado Joe Valle. Nós chegamos no primeiro horário, acreditando que o dia vai funcionar, mas vamos esperar que o *quorum* seja alcançado. Vejo na galeria vários segmentos que vieram acompanhar o funcionamento da Casa.

Eu queria abordar a situação da Codeplan. Hoje, numa audiência com o Presidente, Dr. Lúcio, como também com o Diretor Executivo e o Diretor Financeiro e Administrativo, o Fúcio, um amigo de muitos anos, nós conversamos um pouco, Deputado Bispo Renato Andrade, sobre qual é o projeto para a Codeplan que o Governo Rollemberg pretende debater com a sociedade. Nós sabemos que há em curso no governo a criação de um instituto de planejamento territorial no Distrito Federal, uma proposta levantada pelo Governador em campanha para planejar a questão territorial do DF. Essa é uma questão extremamente importante, Deputado Lira, inclusive para V.Exa. que mora na cidade de São Sebastião e está vendo as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

chácaras serem parceladas à revelia de qualquer acompanhamento do Poder Público. É a Ponte Alta, é o Engenho das Lages, é o Setor Habitacional Águas Quentes, para os quais, em bom tempo, o governo pensou no projeto de planejamento.

Mas quero também debater nesta Casa o projeto da Codeplan. É uma empresa histórica do Distrito Federal, que tem um debate acumulado sobre a questão econômica e a demográfica, a questão da movimentação e o crescimento da cidade, o impacto do Entorno sobre Brasília. Nós vivemos numa realidade urbana, Deputado Lira, que não é apenas de 3 milhões de habitantes no Distrito Federal. Temos 3 milhões no Distrito Federal e quase 2 milhões ao redor. Nós estamos falando de um centro urbano de algo em torno de 5 milhões de habitantes. Não é qualquer centro urbano no Brasil que atinge esse patamar. Nós devemos estar no terceiro lugar, disputando com Belo Horizonte. Portanto, a Codeplan, diante da complexidade dos problemas sociais e econômicos, é uma instituição que exerce um papel importantíssimo.

Sabemos que o Governo do Distrito Federal e a história de Brasília têm um capítulo – não vou dizer capítulo negro porque seria dar ao negro, que é a cor de uma pessoa, uma conotação extremamente ruim, Deputada Luzia de Paula – devastador, do ponto de vista de gestão pública de uma empresa. Trata-se do famoso caso da Caixa de Pandora: utilizaram-se contratos de informatização como mecanismo para tirar dinheiro público e levar para este ou para aquele. Muitos hoje estão respondendo a processos e achando que essas coisas não vão alcançá-los, inclusive depois de mortos! As pessoas acham que o alcance se dá apenas em vida, mas não, porque o nome representa muito. O nome representa muito, porque os filhos o levam, as famílias o trazem consigo, e não há como se esconder.

Deputado Joe Valle, a atual direção da Codeplan pretende convidar os Deputados para acompanhar esse debate. Eu manifestei interesse em participar dele porque é uma empresa que está em processo de reconstrução. Não é porque teve um capítulo devastador que a instituição não é merecedora de sua recomposição.

Volto a dizer que, a exemplo da Codeplan, do Metrô, da Novacap, nós precisamos fazer o debate sobre a previdência complementar, assim como o governo está fazendo para a administração de outras previdências.

Ao fazer o debate sobre esse pacote, nós precisamos perguntar se a Terracap tem o seu fundo de pensão ou a sua previdência complementar. A Novacap não tem, a CEB tem, o Metrô não tem, a Caesb tem, a Codeplan não tem. A Emater, no governo do Agnelo, incorporou-se ao fundo de pensão, à previdência complementar da Embrapa. Foi um importantíssimo passo. Inclusive aqui coube a grande contribuição do Deputado Joe Valle à gestão anterior da Emater, da Secretaria da Agricultura e da Secretaria de Administração. Essa contribuição foi decisiva para que fosse formatado o processo, que é inicial. Há que, depois, fazer o saldamento e tomar uma série de outras iniciativas próprias da previdência



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

complementar, uma matéria extremamente delicada e relevante. Como ficarão essas empresas, Deputado Joe Valle, no que diz respeito à sua previdência complementar?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Aproveito o momento para saudar as pessoas que estão na galeria. Sejam bem-vindas à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Daqui a pouco teremos a primeira reunião da CPI. Mas, antes disso, temos mais dois Deputados inscritos.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – É verdade. Mas não é por isso, Deputado. Eu queria só comunicar o motivo da minha saída, por enquanto: é que eu vou presidir a CPI.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Eu queria dar boa tarde a todos.

O Deputado Wasny de Roure, como sempre, com muita vontade e tranquilidade, traz assuntos importantes para a cidade. Eu gostaria de estar com V.Exa. nessa empreitada da Codeplan. Ela é uma empresa muito importante para o Distrito Federal, e muito pouco utilizada. Parece até que ela não existe, porque fica fazendo estudos e mais estudos importantíssimos para o planejamento, que muitas vezes não são nem vistos pelos outros entes governamentais.

Deputado Wasny de Roure, há uma coisa importante nessa questão. Esses fundos todos, se forem reunidos em uma única gestão, ficarão muito menos suscetíveis e muito mais poderosos. Eu acredito que haja uma solução para que se faça uma gestão comum dos fundos. Não uma fusão dos fundos, mas uma gestão única do recurso de todos eles, porque se ganharia, realmente, musculatura e robustez para trabalhar.

Sr. Presidente, eu tenho dois assuntos de muita urgência para tratar. Eu queria tratar inicialmente daquele que tem deixado os moradores da Vila Planalto extremamente insatisfeitos. Há dois anos, aproximadamente, demoliu-se a escola da Vila Planalto. Era uma escola temporária, feita ainda de placa de pré-moldado, e não tinha mesmo como continuar. Obrigatoriamente, tinha que ser demolida, porque estava colocando em risco os alunos. Mas desde então nada se fala sobre a construção. Foram feitos projetos etc., mas os meninos, às centenas, estão sendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

distribuídos por outras escolas do Plano Piloto, escolas próximas, e vários problemas decorrem disso.

Então, Sr. Presidente, Líder do Governo, secretário responsável pela articulação, eu faço um apelo para que possamos colocar como prioridade a educação. Quando falo de prioridade, eu conto uma historinha. Eu tenho contado essa história para as pessoas porque prioridade não pode ser só discurso. Eu estava brincando que, em família, resolvemos comprar um carro. Então, vamos economizar mil e quinhentos reais por mês para comprar o carro no final do ano. Bom, não vai dar para viajar em julho, porque a prioridade é comprar o carro. Não vai dar para fazer a festa de aniversário da filha, porque a prioridade é comprar o carro. Isso é prioridade. É orçamento. É recurso. Prioridade é colocar o recurso na educação, que, no meu entendimento e de muitos desta Casa, é a única saída para esta cidade. E não vai ser de curto prazo. É uma saída de médio e longo prazos, mas isso tem que ser feito.

Então, eu faço esse apelo para que a gente consiga definitivamente dar uma solução para a escola da Vila Planalto, porque a situação lá é de calamidade. Efetivamente de calamidade. Minha Deputada das creches, Deputada Luzia de Paula, pessoa de quem eu gosto muito, por quem tenho o maior respeito, estamos falando de policiais, de escola com policial. Mas, se eu não tenho nem escola para formar os meninos, para receber os meninos... Quando acontece isso, em função de o transporte também ser ruim, há muita evasão. Meninos de 12, 13, 14 anos, evadem, param de estudar. Os pais trabalham. Esses meninos ficam em casa? Não! Quando eles saem de casa, o que eles encontram? Algum equipamento público, uma quadra coberta, alguma biblioteca? Não! Encontram um bar, e é nesse bar que eles estão perdendo o caminho. E aí, existem essas fábricas abertas no Distrito Federal inteiro. Adianta ficar fazendo concurso para a polícia? Estão formando essa turma todos os dias, porque não cuidam da educação. Para fazer um concurso e formar um policial leva-se um, dois, três anos.

É lógico, é óbvio para qualquer gestor, qualquer um, qualquer cidadão, que está errado, que não dá certo. E aí está a prova: entra governo, sai governo, e o mesmo problema! O governo é ineficiente porque gasta mal os recursos, é inefetivo porque não faz as entregas necessárias para a população. Então, como pode?

E volto a falar mais uma vez, temos inclusive que repensar: o Orçamento desta Casa é 430 milhões por ano. Quatrocentos e trinta milhões por ano! Temos que repensar a forma de agir e trabalhar.

Outra coisa, Presidente, e aí eu queria realmente pedir a ajuda de todos os companheiros, da Comissão de Educação e Saúde, para que possamos resolver. Eu já estive com um grupo lá ano passado, mas parece que fazemos reunião, reunião, reunião, e nada se resolve. Somos atendidos, damos tapinhas nas costas e está bom, tudo bem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

A segunda coisa, Sra. Presidente, é que eu gostaria, mais uma vez, de fazer um apelo para que se radicalize na transparência da gestão pública. Nós temos, hoje, alguns hospitais calculando os custos da saúde pública. Quanto custa a saúde pública? Exemplo: o Hospital de Base custa 51 milhões de reais por mês; mais de 600 milhões de reais por ano. Estou falando de 600 milhões de reais por ano! Agora, nos custos do HMIB, um parto normal era 5 mil e poucos reais e duplicamos o preço, de 2013 a 2014, para 10 mil reais. Se vocês forem ver, na rede privada é muito mais barato. Na rede pública, apesar de haver profissionais de excelente qualidade, a percepção do cliente é de que não existe saúde pública no Distrito Federal. Essa é a percepção do cidadão, ou não é? Para onde foram os 6 bilhões e 500 milhões de reais, no ano passado, gastos na saúde? Para onde foi isso, Deputada Luzia de Paula? Aí, um grupo de pessoas, um hospital resolve trabalhar os seus custos. Mas é lógico, se eu for tomar qualquer atitude de gestão, de planejamento, tenho que saber os custos. Isso é claro, é do sistema. Aí, coloca-se no *site* da Secretaria de Saúde os custos. Eu vou lá olhar, proibiram! Foi colocado, mas tiraram do ar, Deputada Luzia de Paula. Foi colocado pelo hospital, mas a secretaria tirou do ar, Deputado, meu Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Pode? O que vamos fazer na nossa comissão? É brincadeira um negócio desses. Só pode ser brincadeira.

Do custo da saúde do Distrito Federal, 82% são com mão de obra. Está certo. Qual é o custo da saúde? É com gente, com recursos humanos. Está certo. Eu fazia lá mil partos por ano. Em função de faltar recursos: dipirona, novalgina, diminui o número de partos. Mas, se eu continuar gastando 82% com o meu pessoal, que são funcionários de carreira, estão lá e tenho de pagar a eles o salário, e diminuiu-se o número de partos, é lógico que aumentou o preço do parto. É claro, é óbvio! Isso me deixa irritado, porque entra gestor, sai gestor, e a conversa é a mesma: querem inventar a roda de novo. Não vai inventar, não vai melhorar. Não vai melhorar! Estou aqui vaticinando. E não é porque tenho bola de cristal, não, é porque sou gestor e sei como se faz gestão. E não está se fazendo como tem que se fazer.

Então, Sra. Presidente, eu gostaria que esta Câmara, realmente, tomasse uma posição de trazer esses grandes assuntos para discutirmos aqui. Esta Casa tem a obrigação de fazer isso. Discutirmos esses assuntos aqui para podermos dar uma sugestão, um resultado para a comunidade e dizer: "Olha, eu gasto 430 milhões por ano, mas eu levo resultado para a sociedade, não só jogo para a plateia, não! Eu levo resultado para a sociedade".

Como eu disse ontem aqui, volto a repetir: para se pagar salário, tem que haver produção. O setor produtivo paga os impostos, e é desses impostos que se paga o salário do funcionário público. Se não existe setor produtivo, não existe dinheiro, não cai de árvore, não brota do chão. Há gente querendo fazer brotar aí, mas não é esse o caso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Então, esta Casa tem que ter a responsabilidade de se aprofundar no que está sendo votado aqui. Não para defender deputado ou para defender governador. Eu sou da base deste governo porque acredito nele. Estou fazendo o meu papel de ajudar a construir criticando, mas com crítica construtiva. Já disse: olha, eu tenho como, sei fazer, quero ajudar e, na hora em que me chamar, estou pronto para ajudar. Está certo?

Então, Sra. Presidente, estou aqui fazendo esse apelo mais uma vez aos meus amigos. Há um pacote enorme para ser votado nesta Casa que vai mudar a vida de todo cidadão nesta cidade. Todos, todos! Não fica nenhum porque pega todo mundo. Não para fazer coisas ruins, há coisas muito boas, como baixar o ICM do etanol, que é um combustível renovável. Vai aumentar o uso do etanol aqui porque vai baixar o preço na bomba. Ótimo, não é? Discutir todo esse processo para termos as entradas deste governo, quer dizer, o imposto que está sendo recebido ser suficiente para pagar, resolver e melhorar a qualidade de vida das pessoas nas saídas, nos processos.

Se eu perguntar aqui para todos: a saúde pública está boa? A segurança está boa? A educação está boa? O transporte está bom? Nada está bom! Nada! Absolutamente nada! E estamos discutindo pendenga política. Temos que discutir e todo mundo deve se unir para salvar esta cidade. Se este governo não der certo, vai se questionar a autonomia política desta cidade, e com razão, porque é cara demais. A gestão e a administração desta cidade é um absurdo para um país como o nosso.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Joe Valle.

Eu queria cumprimentar os nossos futuros advogados, nossos convidados que estão aqui nesta tarde. Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa. Alunos do curso de Direito, Deputado Joe Valle, vieram hoje acompanhar o processo legislativo, a convite do nosso querido professor Will, da matéria de Direito Constitucional. Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiramente quero parabenizar o Deputado Joe Valle pelo excelente pronunciamento. Quero dizer que, na minha avaliação, uma das saídas para se vencer a crise – concordo com V.Exa. – é radicalizar na transparência. Quando radicalizamos na transparência, nós mostramos, muitas vezes, onde se está errando. E não para que haja críticas destrutivas, mas para que haja uma correção de rota.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

O Brasil é um dos países, dentro do índice de transparência, que ainda precisa avançar muito. E eu acredito que o Distrito Federal pode, sim, ser um exemplo para a nossa nação, para as outras capitais, para os outros estados, de como se fazer essa transparência. Não somente publicando o que gasta ou o que se arrecada, mas colocando integralmente as publicações dos contratos na internet para que todos possam ter acesso. As licitações, como eu disse no meu pronunciamento inicialmente, precisam ser racionalizadas. Nós precisamos racionalizar o gasto que é feito aqui no Governo do Distrito Federal.

Eu me lembro, Deputada Celina Leão, de quando fui Secretário de Estado do Trabalho. O mesmo contrato de reprografia de uma secretaria – é um exemplo que quero dar – contratava, alugava máquinas para impressão de cópias a um custo de 5 centavos cada cópia e outra secretaria do mesmo governo contratava o mesmo serviço a 25 centavos.

Então, precisamos, sim, racionalizar os serviços que são muito contratados pelo governo. E aqui quero parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg, que anunciou, dentre uma das medidas, esse tipo de racionalização, colocando uma licitação, utilizando um instrumento de racionalização – que são as atas de preço – para que aqueles serviços que são comuns no Governo do Distrito Federal possam ser licitados. Obviamente, quando você racionaliza, você compra individualmente mais barato e, isso aí, com certeza, pode gerar uma grande economia ao Governo do Distrito Federal.

Aqui eu quero defender o retorno da Central de Compras. Ela, quando existia – isso é de um estudo que foi feito, na época, pela Secretaria de Planejamento – gerou uma economia, Deputada Presidente Celina Leão, de quase 1 bilhão de reais, comparada à época quando foi lançada – ou seja, ao ano anterior de quando ela foi lançada. Por quê? Por causa da racionalização das compras públicas, que precisam ser muito debatidas nesta Casa.

Quero parabenizar V.Exa. pela condução da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, que tem contribuído para que o Distrito Federal tenha uma gestão enxuta, mas eficiente, e que atenda principalmente aos anseios da população. Todos nós que estamos aqui fomos eleitos para, primeiro, discutirmos e tirarmos essa cidade do atoleiro e para – que é um sonho que eu tenho – que o Distrito Federal venha a ser exemplo de serviço público prestado à sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Passo a Presidência ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para que eu possa fazer uso da palavra.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Eu queria saudar o nosso Presidente, Deputado Prof. Reginaldo Veras, e toda a galeria que se faz presente aqui também conosco nesta tarde.

Eu queria trazer um tema aqui à tribuna desta Casa. Deputado Joe Valle, V.Exa. foi muito feliz quando colocou a questão de que o olhar tem que ser na cidade. Este Poder tem que ter um olhar na cidade acima de disputas políticas, e isso é o que a sociedade espera realmente do nosso comportamento. Então, eu quero parabenizá-lo, Deputado Joe Valle, pela fala de V.Exa.

Eu queria trazer um tema aqui nesta tarde que, realmente, Deputada Luzia de Paula, tem mexido com as minhas ideologias e com o que realmente eu quero de futuro e de presente para a nação. Se fala que o Brasil é um país onde as pessoas não têm preconceito, onde nós vivemos em paz, mas eu acho, Deputada Luzia de Paula, que nós precisamos de evoluir muito nisso.

Nós tivemos dois episódios, um seguido do outro, envolvendo um alto nível de racismo que aconteceram na nossa cidade, que aconteceram aqui no Distrito Federal. Não aconteceram em São Paulo. Nós não estamos fazendo referência a outro Estado.

A jornalista posta uma foto na sua página de Facebook e ela não tem um comentário racista, não, Deputado Joe Valle, ela tem mais de quinze comentários de jovens, jovens brasileiros que, com certeza, não estão tendo acesso à educação, não estão recebendo educação, como o Deputado Joe Valle colocou aqui, para que a gente possa realmente viver num país livre e democrático.

Com os xingamentos, Deputado Joe Valle, é como se nós vivêssemos num Estado sem lei. É algo que afeta verdadeiramente a questão da cidadania, do respeito aos direitos humanos e de uma evolução em que o Brasil tem brigado para conseguir realmente se estabelecer.

Isso é o que eu queria dizer. Eu quero trazer aqui o nome da jornalista: é Cristiane Damacena. Ela foi xingada depois de colocar uma foto na rede social. Há outro caso, o de uma grávida, negra também, Deputado Joe Valle, que teve a sua foto postada indevidamente na internet, falando que ela estava vendendo o filho a R\$ 50,00. “Vende-se um bebê a R\$ 50,00”. A pergunta dela foi a seguinte: será que, se fosse uma pessoa de cor branca, ela estaria sofrendo esse tipo de preconceito?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Os dois casos, Deputado Rodrigo Delmasso, foram aqui no Distrito Federal. Discute-se muito sobre cotas, justiça social, mas essa situação é grave. É um comportamento de jovens que postam nas redes sociais as suas intolerâncias. Meu Deus, é como se voltássemos a quantos anos atrás? Quantos anos atrás, Deputada Luzia de Paula, V.Exa. que é educadora e mulher?

Eu vejo dois graves preconceitos, Deputado Joe Valle. Primeiro, porque são mulheres; segundo, porque são negras. Enquanto esse tipo de debate não for levado ao Parlamento para ele possa repreender esse tipo de comportamento, nós não vamos ter realmente sensibilidade por parte da sociedade.

Aqui, no ano de 2013, 338 ocorrências foram lançadas no Disque Racismo. É sempre bom lembrarmos a luta de um homem que partiu há 47 anos, Martin Luther King, que conseguiu vários avanços, e o Brasil tem construído isso. Mas o que realmente indigna é um comportamento copiado sequencialmente por vários outros jovens. Eu desafio vocês a entrarem nas páginas. Não sei se vocês tiveram acesso a isso, mas eu queria fazer esse alerta.

Numa sociedade justa, igualitária, primeiro temos que respeitar as nossas diferenças. E aprendemos muito isso aqui no Parlamento, porque temos Deputados aqui completamente diferentes, que pensam muitas vezes de uma forma completamente diferente, mas o respeito tem que existir. A tolerância em nosso País é algo que precisa ser discutido. Não significa que uma pessoa pense diferente de vocês... Vocês que serão futuros advogados, no dia em que estiverem na presença do júri – cada advogado defendendo seu cliente –, sairão nas vias de fato? Porque é esta a educação que os nossos jovens estão recebendo, Deputado Joe Valle: pautada na violência e na intolerância. Se estamos tendo esse tipo de comportamento repetido na internet, no Facebook, é porque as nossas escolas não estão conseguindo ensinar de verdade as pessoas a respeitarem o direito do outro, as suas diferenças e a tolerarem uns aos outros.

Todos os textos que falam sobre direitos humanos usam o termo “tolerância” como carro-chave, porque o grande lema dos direitos humanos é que possamos tolerar as nossas diferenças. Nós vivemos num país muito diferente, de culturas diferentes, de religiões diferentes, mas temos que aprender a nos tolerar e a nos respeitar.

Eu acho, Deputado Joe Valle, que V.Exa. foi duplamente feliz porque fez a colocação de que este Poder tem que ter o olhar para a cidade e a colocação de que nós temos que cuidar da educação. Essas pessoas que estão sentadas lá em cima, a população do Distrito Federal confiou a nós – nós que estamos aqui – essa obrigação.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. tem uma grande responsabilidade, pois é o Relator do Plano Distrital de Educação e está debatendo todas as políticas que serão implementadas. Quantas pessoas não sabem ainda e devem saber que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

precisam participar desse debate que V.Exa. tem feito de forma exaustiva sobre esse tema que é tão importante? E nós confiamos a V.Exa. esse debate para que consigamos criar um plano que torne nossa cidade mais justa, com jovens tendo verdadeiramente acesso à educação. O que nós estamos percebendo é que os nossos jovens têm tido acesso a muita coisa que não presta, Deputado Joe Valle, e a educação ainda está faltando.

Muito obrigada.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Há um artista internacional que eu admiro, que falava que enquanto a cor da pele for mais importante que o brilho dos olhos, haverá guerra. No Brasil, a gente tenta em todos os momentos travar isso com leis, mas está vendo isso se repetir. Só a educação nos libertará desse processo.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, Presidente da nossa Mesa e Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, roubando um pouco as palavras de V.Exa. na audiência pública, a lei mais importante que esta Casa poderá aprovar este ano é o Plano Distrital de Educação.

Então, eu gostaria que a Casa, com sensibilidade sobre a importância dos temas discutidos aqui, colocasse o Plano Distrital de Educação como a coisa mais importante, o maior foco desta Casa, para que a gente consiga debater com a sociedade, exaustivamente, esse plano que é definitivamente um plano de salvação da cidade e da nossa capital da República. Eu não tenho dúvida disso.

Quero me colocar completamente, inteiramente à disposição, para que façamos o melhor debate com toda a sociedade do Distrito Federal e, no final, no segundo semestre, aprovemos – ou no primeiro semestre, se der tempo, depois dessa discussão – o melhor plano de educação do Brasil, distrital, regional, do nosso Estado, para que possamos dar exemplo e esse tipo de coisa, ao longo do tempo, não aconteça mais na nossa capital.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Prof. Reginaldo Veras, parabéns V.Exa. pelo pronunciamento. V.Exa. tem uma grande responsabilidade. O Distrito Federal, há quatorze anos, foi o grande precursor no debate da universalização no atendimento de crianças a partir de 6 anos de idade. Eu acredito que o Brasil todo olha para o Distrito Federal e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2015	16h05	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

espera, Deputado Joe Valle, um grande exemplo. Um grande exemplo que esta Casa, com certeza, com a contribuição de V.Exa. como relator, pode dar a Brasília e ao Brasil.

Lembro que, naquela época, eu estava na área administrativa da Secretaria de Educação e via diversas delegações dos Estados brasileiros chegarem a Brasília, para perguntar como fazer essa universalização; como o Distrito Federal tinha planejado essa universalização, que se tornou obrigatória no Plano Nacional de Educação aprovado ano passado no Congresso Nacional.

Para finalizar, minha esposa é pedagoga e gosta de usar sempre uma frase. Eu quero repetir aqui a frase de Paulo Freire, porque aprendi muito com ela: “Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Deputado Joe Valle, permita-me também lembrar que nós temos data para aprovar o Plano Distrital de Educação. É dia 19 de junho. Não podemos esperar, está aí a necessidade. Teremos que achar uma data, na semana que vem, para realizarmos uma comissão geral – transformar uma sessão ordinária em comissão geral. Será o momento final para apararmos as arestas e eu fazer um relatório, de preferência definitivo, para que seja depois passado nas demais comissões e votado no plenário.

Se não aprovarmos esse PDE até o dia 19 de junho, correremos sérios riscos de deixarmos de receber vultosas verbas do Governo Federal. Neste momento de crise em que nos encontramos, não podemos abrir mão de um centavo sequer. Então, o compromisso desta Casa é aprovar esse PDE antes do dia 19 de junho.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo Deputados inscritos nos Comunicados de Parlamentares, e não havendo *quorum* para votação, declaro encerrada a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h55min.)